

O canal 156, de reclamações destinadas à Prefeitura, registrou, no mês de maio, seu pior desempenho desde janeiro de 2016 - série histórica informada pela própria gestão municipal. Nesse mês, só 25% das 61,7 mil novas solicitações foram atendidas e o índice vem caindo mês a mês. Os dados são os mais atuais fornecidos pela Prefeitura.

Estatais tiveram aumento de quase 20% no lucro do primeiro semestre

Conglomerados estatais federais tiveram aumento de 19,6% no lucro registrado no primeiro semestre, de R\$ 17,3 bilhões, em comparação com o primeiro semestre do ano passado, quando o lucro foi de R\$ 14,5 bilhões. Os números se referem a cinco grupos que representam mais de 95% dos ativos totais e do patrimônio líquido de Petrobras, Eletrobras, Caixa, Banco do Brasil e BNDES. Os dados fazem parte da terceira edição do Boletim das Empresas Estatais, divulgada ontem (4) pelo Ministério do Planejamento.

Para o secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, Fernando

Antonio Soares, o resultado é fruto do conjunto de ações que o governo vem implantando. "Cada empresa tem uma identidade, mas a lógica de reestruturá-las, no sentido de redução de custos e ampliação de receitas, a busca por negócios que venham a dar mais resultados, isso tem sido uma prática [comum]", disse. Entre as práticas, o secretário cita PDVs ocorridos em pelo menos 15 empresas estatais.

De acordo com o boletim, entre os grupos analisados, o maior crescimento foi do grupo Petrobras, que saiu do lucro de R\$ 518 milhões, no primeiro semestre de 2016, para R\$ 5,1 bilhões, no mesmo período de 2017. Já a Eletrobras teve uma

queda de 80,6% no mesmo período. No total, segundo o boletim, há 150 empresas estatais federais, sendo 48 controladas diretamente pela União. Em relação ao último boletim, apenas uma estatal foi reduzida, a Nova Transportadora do Sudeste S.A., do grupo Petrobras, que teve o desinvestimento de 90%, operação que gerou US\$ 4,23 bilhões.

O orçamento dedicado às estatais vem caindo desde 2016. Em 2015, foi de R\$ 1,554 trilhão, sendo que R\$ 645,7 bilhões foram executados. Para 2017, o orçamento aprovado foi de aproximadamente R\$ 1,228 trilhão. Até o primeiro semestre, R\$ 585,2 bilhões foram executados, o que corresponde a 46% do total. O grupo Petro-



Com a melhora da gestão e o aumento da produção pela Petrobras, o lucro líquido da estatal atingiu R\$ 5,1 bilhões no primeiro semestre de 2017.

bras apresentou maior nível de execução até o momento, com 28,1%, seguido pelo grupo Eletrobras, com 14,2%.

O endividamento das estatais também apresentou queda. Houve redução de 21,3% do total

de endividamento das empresas estatais federais de 2015 ao 2º trimestre de 2017. A dívida dessas empresas atingiu um pico de R\$ 544 bilhões em 2015. Atualmente, está em R\$ 428 bilhões. Em relação a dezembro de 2015, a

redução do total do quadro de pessoal foi superior a 33 mil empregados, ou seja, uma redução de mais de 6% do quadro total. Segundo a publicação, a redução decorreu, principalmente, de PDVs (ABR).

São Paulo vai desestatizar parques, mercados, terminais e o bilhete único

Foi sancionado ontem (4), pelo prefeito João Doria, o projeto para concessões e permissões na cidade de São Paulo. Entre os equipamentos públicos que passarão por licitação estão o Mercado Municipal, o Parque Ibirapuera, as praças, os planetários, os terminais de ônibus e o bilhete único. De acordo com o prefeito, a medida vai gerar economia de R\$ 510 milhões este ano, sendo a maior parte (R\$ 402 milhões) apenas com manutenção de parques e terminais.

O objetivo, segundo Doria, é reverter R\$ 9 bilhões durante a sua gestão em outras áreas prioritárias. "Vai haver melhora da qualidade do serviço, sem onerar a população". Fazem parte do plano de desestatização 27 terminais urbanos, que ganharão estruturas como banheiros e restaurantes.

Doria garantiu que as mudanças não vão gerar aumento na tarifa do transporte público, que continua sendo atribuição ex-



Doria quer reverter R\$ 9 bilhões em outras áreas prioritárias.

clusiva da prefeitura. O dinheiro arrecadado será investido, prioritariamente, na área da saúde. "A pressão sobre a saúde pública com o desemprego é enorme", disse o prefeito. O recurso também será direcionado para educação, sobretudo implantação das creches, habitação popular, transporte público e assistência social.

Parques e praças que também serão desestatizados não poderão cobrar ingresso. A modalidade de licitação para

esses equipamentos vai exigir que o interessado em parques com alta rentabilidade, como o Ibirapuera e o Parque do Povo, terão de ser licitados junto a outros quatro ou cinco parques menos rentáveis, em regiões periféricas. Quanto ao Mercado Municipal e Mercado Kinjo Yamato, os atuais permissionários terão prioridade na licitação. "Eles estão lá há 30, 40 anos, é mais do que justo que tenham esse direito", disse o prefeito (ABR).

Custo da cesta básica caiu em 20 capitais

A cesta básica ficou mais barata em setembro em 20 das 21 capitais brasileiras analisadas pelo Dieese. As reduções mais expressivas no custo da cesta básica ocorreram na região Nordeste do país: Maceió (-5,22%), Fortaleza (-4,85%) e João Pessoa (-4,62%). A única alta ocorreu em Campo Grande (1,17%). A cesta básica mais cara é a encontrada em Porto Alegre, ao custo médio de R\$ 436,68, seguida por São Paulo (R\$ 421,02) e Florianópolis (R\$ 419,17). Já as mais baratas são as de Salvador (R\$ 318,52), Natal (R\$ 323,90) e Recife (R\$ 328,63).

Considerando a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve suprir as necessidades de uma pessoa e de sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o Dieese estimou que o salário mínimo, em setembro, deveria ser de R\$ 3.668,55, valor 3,92 vezes superior ao mínimo atual de R\$ 937 (ABR).

Novo Refis também às micro e pequenas empresas

O presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, disse ontem (4) que o Programa Especial de Regularização Tributária, novo Refis, aprovado pela Câmara, cria desequilíbrio entre as grandes empresas e as micro e pequenas empreendedores. Em discurso no Palácio do Planalto durante cerimônia de anúncio de medidas para o segmento, Afif disse que as grandes empresas ficaram com condições muito mais vantajosas que aquelas dadas às micro e pequenas. Segundo ele, "essa injustiça não pode perdurar".

Para Afif, o Congresso precisa apresentar com urgência um projeto dando os mesmos benefícios aos pequenos empreendedores para garantir igualdade de tratamento. "Cabe ao Congresso agora fazer um projeto estendendo os mesmos benefícios que foram dados na medida provisória, e isso tem que ser feito com urgência urgentíssima, para que haja equidade de tratamento no



Afif criticou os termos do novo Refis em cerimônia no Palácio do Planalto.

campo econômico", disse.

O plenário da Câmara concluiu a análise da medida provisória que cria o Refis. O texto estabelece o parcelamento de dívidas com a União e alcança tanto pessoas físicas quanto jurídicas. A proposta prevê um escalonamento de descontos para a quitação dos débitos. A matéria seguiu para apreciação do Senado (ABR).

Moraes: leis mais duras contra crime organizado

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, defendeu ontem (4) que o Congresso aprove uma legislação mais rigorosa contra o crime organizado. Ele disse ter pedido diretamente ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que avance em projetos sobre o tema. "O Brasil há muito tempo precisa de uma legislação mais forte em relação à criminalidade organizada, de um acordo maior entre a União, estados e municípios no combate da criminalidade organizada, dentro e fora dos presídios", defendeu o ministro.

As declarações foram dadas poucas horas depois de ter negado um pedido da Defensoria Pública da União (DPU) para que todos os presos há mais de dois anos em penitenciárias federais fossem devolvidos a seus estados de origem.

"Eu tive a oportunidade, inclusive, em virtude desse caso, de conversar com o presidente da Câmara sobre a necessidade de aprovação de projetos que correm sobre o tema, para que nós possamos dar instrumentos melhores para a polícia e



Ministro Alexandre de Moraes, do STF.

o Poder Judiciário, não só de investigação, mas também de cumprimento de pena".

Moraes argumentou não ser possível combater o crime organizado com uma legislação de 1941, como é o Código de Processo Penal (CPP), época em que a criminalidade organizada sequer existia propriamente no Brasil. "É preciso avançar", afirmou (ABR).

Meirelles aguarda "com calma" tramitação do Refis

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que é preciso aguardar a decisão do Senado sobre o Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), conhecido como novo Refis, e admitiu a possibilidade de veto do Executivo. O ministro conversou com a imprensa após participar da abertura do 4º Seminário Brasileiro de Contabilidade e Custos, em Brasília. A Câmara concluiu a análise da MP que criou o Pert. Agora a matéria segue para apreciação do Senado e, para não perder a validade, o texto precisa ser analisado até o próximo dia 11.

Durante a tramitação, o texto foi modificado com regras mais vantajosas para os devedores e, por consequência, com redução na arrecadação prevista pelo governo. "Sempre é possível [vetar] dependendo da evolução do assunto. Mas esperamos que não. Vamos aguardar agora a decisão do Senado, como sempre com calma, serenidade, transparência", disse o ministro. "É muito importante deixar para os contribuintes e as empresas, em particular, que não é um bom



Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

negócio, uma fonte barata de financiamento, atrasar imposto. Acredito que o Congresso entenda isso", acrescentou.

Meirelles disse que a decisão final sobre a devolução de recursos do BNDES ao Tesouro Nacional é do conselho da instituição. O BNDES devolveu, no mês passado, R\$ 33 bilhões e o total previsto a ser resgatado este ano é de R\$ 50 bilhões. O Tesouro Nacional pediu a devolução de mais R\$ 130 bilhões, em 2018. O presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro, tem se mostrado contrário às devoluções por reduzir o tamanho da instituição (ABR).

Constituição: última palavra é do Congresso

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Torquato Jardim Neto, afirmou ontem (4) que "a última palavra sobre a Constituição é do Congresso Nacional". Em exposição durante audiência na Câmara sobre revisão do Código de Processo Penal, Torquato falou sobre temas que têm gerado polêmica.

Ele destacou o fato de ter sido professor de direito constitucional durante 25 anos e lembrou que sempre entendeu que "a palavra final sobre a Constituição é do Congresso Nacional; é quem tem o poder constituinte para tanto. O Judiciário é intérprete, ele tem que derivar, na sua concepção, o que tenha sido estabelecido pelo Congresso". Na sua opinião, esse papel do Congresso está relacionado ao fato de a instituição ter a legitimidade da democracia representativa, já que os parlamentares são eleitos, por meio do voto, pela população, ao passo que a legitimidade do Judiciário é "de segundo grau".

Como exemplo dessa distinção, Jardim lembrou que, no Brasil, ministros do Supremo



Ministro da Justiça, Torquato Jardim, em audiência sobre o Código de Processo Penal.

passam por sabatina para, se for o caso, ter sua indicação à Corte aprovada pelo Senado. "O ativismo judicial de raiz democrática, sem voluntarismos individual ou corporativo, é dar eficácia à Constituição legislada pelo Congresso". O ministro argumentou que outra premissa que deve ser considerada na revisão do Código é o respeito ao devido processo legal (ABR).

"É preferível ser irresponsável e estar com a verdade do que ser responsável e no erro".

Winston Churchill (1874/1965)
Estadista britânico

BOLSAS

O Ibovespa: -0,22% Pontos: 76.591,44 Máxima de +0,31% : 77.004 pontos Mínima de -0,44% : 76.422 pontos Volume: 9,07 bilhões Variação em 2017: 27,17% Variação no mês: 3,09% Dow Jones: +0,09% Pontos: 22.661,64 Nasdaq: +0,04% Pontos: 6.534,63 Ibovespa

Futuro: -0,29% Pontos: 76.885 Máxima (pontos): 77.320 Mínima (pontos): 76.640 Global 40 Cotação: 932,270 centavos de dólar Variação: estável.

CÂMBIO

Dólar comercial no balcão Compra: R\$ 3,1318 Venda: R\$ 3,1328 Variação: -0,44% - Dólar Paralelo Compra: R\$ 3,20 Venda: R\$ 3,30 Variação: -0,2% - Dólar Ptax Compra: R\$ 3,1309 Venda: R\$ 3,1315 Variação: -0,59% - Dólar Turismo Compra: R\$ 3,1230 Venda: R\$ 3,2730 Variação: -0,43% - Dólar Futuro (novem-

bro) Cotação: R\$ 3,1440 Variação: -0,36% - Euro (17h40) Compra: US\$ 1,1763 Venda: US\$ 1,1764 Variação: +0,23% - Euro comercial Compra: R\$ 3,6830 Venda: R\$ 3,6850 Variação: -0,32% - Euro turismo Compra: R\$ 3,6370 Venda: R\$ 3,8300 Variação: -0,44%.

JUROS

CDB prefixado de 30 dias, 7,96% ao ano. - Capital de giro, 11,67% ao ano. - Hot money, 1,28% ao mês. - CDI, 8,14% ao ano. - Over a 8,15%.

OURO

Ouro Cotação: US\$ 1.276,80 a onça-troy (1 onça-troy equivale a 31,1035 gramas) Variação: +0,17% - Ouro BM&F (à vista) Cotação: 129,000 Variação: -1,53%.